

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.608 - RO (2019/0132607-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON**
ADVOGADOS : **DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG087318**
 MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO002391
RECORRIDO : **JAVAÉS CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA**
RECORRIDO : **CONSTRUTORA E INSTALADORA RONDONORTE LTDA**
ADVOGADO : **LENINE APOLINÁRIO DE ALENCAR - RO002219**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (fl. 67):

Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Parcelamento de débito. Impossibilidade. Depósito de 30% da dívida. Aplicação das penalidades do Art. 523, § 2º, do CPC/15.

O art. 916, parágrafo 7º, do CPC/15 veda expressamente a aplicação do parcelamento de débito no cumprimento de sentença.

Tendo a parte efetuado o pagamento parcial do débito no prazo legal, deverá incidir a aplicação das penalidades previstas no parágrafo 2º do art. 523 do CPC/15 em relação ao restante da dívida.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, sem alteração no resultado do julgamento, em acórdão assim ementado (fl. 94).

Embargos de declaração. Omissão. Princípio da menor onerosidade. Ponderação com a máxima efetividade da execução.

Os embargos de declaração são admissíveis quando a decisão impugnada apresentar obscuridade, dúvida ou contradição, ou for omissa sobre ponto que se deveria pronunciar.

As medidas executivas devem ser realizadas observando-se a menor onerosidade, contudo, deve ser garantida a máxima efetividade da execução.

Superior Tribunal de Justiça

No recurso especial, a recorrente sustenta ofensa aos artigos 805 e 916 do novo Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial, alegando que, em razão do princípio da menor onerosidade do devedor, deve ser concedido o parcelamento requerido, por aplicação análoga do art. 916, ao débito reconhecido por sentença. Requer, ao final, o reconhecimento de cumprimento da obrigação e a desconstituição da multa processual aplicada.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Em que pese toda a argumentação desenvolvida pela recorrente, a expressa vedação do parcelamento da dívida em cumprimento de sentença, prevista no § 7º do art. 916 do Código de Processo Civil, afasta qualquer possibilidade de sua concessão por aplicação analógica.

Não diviso, portanto, ofensa aos textos da legislação federal apontados.

Anoto, ademais, que não tendo sido efetuado o depósito integral do valor devido no prazo legal, conforme o procedimento previsto para o cumprimento de sentença na atual sistemática processual civil, a aplicação da multa e imposição de honorários advocatícios encontram respaldo na jurisprudência desta Corte Superior.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora